

# A problemática da pobreza na construção de um movimento cidadão\*

*Ilse Scherer-Warren\*\**

Artigo

## Introdução

O discurso da modernidade havia produzido um ancoradouro ideológico confortável para os movimentos sociais – as “Grandes Narrativas”, fundamentadas nas teorias de classe. No entanto, as críticas a este discurso e a auto-afirmação dos Novos Movimentos Sociais, através de políticas identitárias (em torno das questões de gênero, étnicas, culturais, regionais, etc.), desconstruíram a questão de classe e tiveram como implicação política colocar num relativo ostracismo o debate teórico sobre a pobreza estrutural e outras formas de carências e privações materiais das populações marginalizadas ou “excluídas” (os “sem-...”). As “abordagens dos processos políticos” (Meyer & Tarrow, 1999; Rucht & Neidhardt, 2002; Eder, 2002) e as novas “teorias da sociedade civil” (Cohen & Arato, 1992) avançaram, todavia, no sentido de reduzir as fragmentações/dicotomias de entendimento sobre as ações coletivas. Ao mesmo tempo, os estudos sobre as sociedades da informação (Melucci, 1996), sociedade de redes (Castells, 1997), modernidade ambivalente (Bauman, 1999), pós-coloniais (Bhabha, 1998), multiculturalismo (Taylor, 1994; Semprini, 1997), entre outros, contribuíram para aprofundar o

\* Versões parciais deste texto foram apresentadas em Seminários Internacionais: Polifonia da Miséria, uma construção de novos olhares, Recife, FJN, 2001; O Modelo Latino de Proteção Social, Lisboa, SOCIUS, 2001; e uma versão preliminar foi submetida ao 51º Congresso de Americanistas, Santiago do Chile, 2003.

\*\* Coordenadora do Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais e professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da UFSC.

conhecimento acerca das ações coletivas no mundo contemporâneo, contemplando a multidimensionalidade da temática. À luz desse debate, este trabalho visa resgatar e reexaminar um elenco de teorias sobre a pobreza/exclusão e refletir sobre as possibilidades de ações coletivas das populações mais carentes (os denominados “subcidadãos”) e de articulações com um movimento cidadão mais amplo, sob a forma de uma rede movimentalista.

Inicialmente, abordar-se-á criticamente as relações que as teorias sobre a pobreza/exclusão têm estabelecido com as possibilidades de respectivas formas de mobilizações coletivas. Para tanto, usa-se como ponto de partida uma revisão crítica de Asef Bayat<sup>1</sup> (2000) e apontam-se seus limites. Nesta revisão, o autor delimita seu enfoque ao que denomina de “populações subalternas urbanas do Terceiro Mundo”, avaliando as perspectivas dos modelos da cultura da pobreza (cf. Lewis, 1959); das estratégias de sobrevivência (Scott, 1986; Escobar, 1995; Friedmann, 1996); do potencial político dos movimentos sociais urbanos (Perlman, 1976; Castells, 1983) e das resistências no cotidiano (seguindo-se Foucault, 1972 e outros), confrontando-as com sua teoria da política da rua (Bayat, 1998). Complementarmente, serão buscadas contribuições dos estudos sobre a realidade brasileira a respeito das temáticas da exclusão social, da pobreza e da cidadania, sob a ótica das ações coletivas<sup>2</sup>.

Recentemente, foi publicado o Atlas da Exclusão Social no Brasil (Pochmann & Amorim, org., 2003). Esta pesquisa avança em relação a estudos anteriores no que diz respeito a indicadores sociais, na medida em que sofisticou sua metodologia, construindo um índice da exclusão social para cada município brasileiro, a partir de um conjunto de subíndices (pobreza, juventude, alfabetização, escolaridade, emprego formal, violência e desigualdade). Além disso, já há alguns mapeamentos preliminares sobre o associativismo civil no Brasil<sup>3</sup>. Porém há ainda poucos estudos,

- 1 Professor de Sociologia em The American University, no Cairo/Egito, e Professor Visitante na Oxford University, na Inglaterra.
- 2 Costa, 2002; Cavalcanti e Burity, 2002; Temas Codeplan 2, 1998; Reis, 1998 e Reis & Schwatzman, 2002; Haddad, 2002; Telles, 2001; Vieira, 2001, entre outros.
- 3 Boschi, 1987; Ferreira, 1997; Avritzer, 1998; Machado & Sousa, 1998; Lavalle, 2001; Vieira, 2001; Sorentino, 2001; Scherer-Warren & NPMS, 1996 e 1999 b, Viana, 2003, entre outros.

empiricamente fundamentados, que contemplem a interface entre associativismo civil e pobreza/exclusão<sup>4</sup>. Por isso, urge que as pesquisas, além de sua inserção no debate teórico, incluam em suas investigações um levantamento sobre o potencial emancipatório das redes associativistas. Tendo em vista as atuais orientações governamentais no Brasil (Programa Fome Zero), investigações desta natureza poderão vir a trazer subsídios relevantes para o conhecimento dos nexos entre a luta contra a exclusão e a construção da cidadania, conforme encaminhados pelas forças organizadas da sociedade civil, possíveis parceiras para a implementação de políticas sociais.

Pretende-se, neste trabalho, construir subsídios para, posteriormente, à luz desta tradição teórica, realizar uma investigação empírica junto às principais redes de movimentos sociais e ONGs da sociedade brasileira. Buscar-se-á identificar os potenciais de articulação entre as lutas contra a exclusão, a pobreza e a desigualdade com as políticas de cidadania, de respeito à diferença, de participação democrática, isto é, que se orientam para a construção de um movimento cidadão, num sentido mais amplo<sup>5</sup>.

## **Teorias sobre a pobreza e as ações coletivas 1 (revisão crítica de Bayat)**

Como ponto de partida, cabe verificar a partir de que perspectiva as teorias sobre a pobreza têm contemplado a problemática das ações coletivas. Iniciar-se-á com uma rápida revisão crítica acerca das teorias sobre a pobreza e conseqüentes formas de mobilizações coletivas relacionadas a estas teorias, tomando por

4 Além dos citados na nota 2, merece lembrar Cáritas Brasileira 1995; Gaiger, 1996; Santos, 1998; Mance, 2000.

5 Sobre o conceito de redes e seu emprego na análise dos movimentos sociais, vide meus trabalhos anteriores, especialmente, *Cidadania sem Fronteiras: ações coletivas na era da globalização* (1999) e *Movimentos em cena ... as teorias por onde andam?* (2000) e *Ações coletivas na sociedade contemporânea e o paradigma das redes* (1998); e sobre o movimento cidadão, em co-autoria com Rossiaud, *Democratização em Florianópolis: resgatando a memória dos movimentos sociais* (1999) e *A Democratização inacabável: as memórias do futuro* (2000).

base os estudos de Asef Bayat (2000) e apontando, posteriormente, seus limites<sup>6</sup>, conforme segue:

a) *Teoria da cultura da pobreza* (cf. Oscar Lewis, na década de 1960): este modelo contém embutida a idéia de que os pobres são politicamente *passivos*, isto é, trata-se de uma questão cultural (fatalismo, tradicionalismo, falta de ambição, etc.). Bayat chama a atenção para o caráter *essencialista*<sup>7</sup> desta teoria e aponta as críticas contundentes que lhe foram feitas, posteriormente, por Janice Perlman (*O mito da marginalidade*) e por Manuel Castells (*The city and the grassroots*), nas quais demonstraram que a pobreza é um produto do capitalismo e como este mito de que os pobres são politicamente passivos pode ser uma forma de controle social dos mesmos.

b) *Modelo das estratégias de sobrevivência* (cf. James Scott, na década de 1980): este modelo enfatiza o lado de vítima do pobre, embora reconheça seu papel ativo na busca de formas de sobrevivência, como no caso de esmoleiros, prostitutas, etc. Bayat observa o caráter *reducionista* desta teoria, ao não se reconhecer que em circunstâncias favoráveis estes pobres podem fazer uso de oportunidades, tornando-se agentes sociais para melhorias de seus grupos. Aponta que é nesta perspectiva que Escobar (1995) e Friedmann (1996) irão resgatar o potencial de agenciamento e “empowerment” dos pobres, como através da economia moral, do voluntariado, das redes de mútua ajuda, etc.

c) *Teoria da politização dos pobres* (com base na Teoria dos Movimentos Sociais Urbanos de Castells e na Teologia da Libertação na América Latina, na década de 1970-80): segundo este modelo, em oposição aos anteriores, os pobres não são “marginalizados”, mas estão integrados à sociedade, ainda que de forma subalterna e, desta maneira, podem tornar-se agentes de movimentos urbanos de base territorial, lutando por conquistas nos serviços urbanos ou nos consumos coletivos. Bayat diz

---

6 Vide versão preliminar deste debate em meu artigo “Resistências às segregações: atores, mobilizações e redes”, In Cavalcanti & Burity (2002).

7 Sobre o essencialismo, definido como uma visão monoculturalista das identidades coletivas, vide também Semprini (1997, p. 64-5).

que os Movimentos Sociais Urbanos (MSU) e, podemos acrescentar, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e a opção pelos pobres são um fenômeno latino-americano, sendo que em outras partes do “Terceiro Mundo” o caráter assistencialista deste associativismo (dos pobres) dificilmente permite sua transformação em mobilização política (por isso Bayat denomina esta teoria de *latino-centrismo*).

d) *Paradigma da resistência dos pobres* (com base nas teorias do micropoder de Foucault e da política da cultura neogramsciana, nas décadas de 1980-90): onde há poder haveria resistência e, portanto, formas alternativas de lutas podem ser descobertas mesmo onde não haja ação coletiva. Esta perspectiva da micropolítica, muito fértil nos estudos identitários de gênero e étnicos, penetra também no campo da educação popular e das classes subalternas urbanas. Bayat critica o caráter de *perplexidade e indefinição conceptual* desta abordagem e pergunta: se os pobres são capazes de sempre resistir, por que se preocupar com seu empoderamento? Apoiando-se em Scott (1986), mostra o caráter impreciso deste paradigma para o estudo das ações coletivas, visto que nestas a resistência é construída como um ato político intencional.

e) *Teoria da política da rua* (de Bayat, na década de 1990): o autor propõe em sua teoria resgatar as múltiplas formas de transgressões silenciosas dos pobres (trabalhadores informais, de rua). Como estratégia de sobrevivência, eles praticam atos ilegais, como ocupação de espaços públicos para trabalho, negócios ou moradia (camelôs, ambulantes, biscateiros, etc.) e constroem *redes sociais passivas*, a partir da proximidade neste espaço público e de uma identidade comum destes indivíduos atomizados. Porém, quando ameaçadas pelas autoridades políticas e econômicas, as redes passivas podem dar origem a formas ativas de comunicação e cooperação, surgindo *manifestações coletivas de resistência* (p. ex., a reação coletiva de camelôs). Neste nível, segundo o autor, este “não-movimento não é capaz de transformações políticas mais abrangentes e mesmo não é este seu objetivo” (Bayat, 2000, p. 553). Todavia, poderá tornar-se um ator político na medida em que é “mobilizado em bases coletivas, e suas lutas são

articuladas a movimentos sociais mais amplos e a organizações da sociedade civil” (ibid., p. 554).

### Algumas limitações das críticas de Bayat

Observa-se no trabalho de Bayat uma tendência a uma certa *naturalização* do pobre como ator *pré-político*, tanto na construção de sua crítica como nas alternativas que aponta. Ele tenta superar a idéia dos pobres como “classes perigosas”, mas os define como “rebeldes silenciosos” (este é o título de seu instigante artigo), isto é, apenas atores de resistência massiva quando ameaçados em sua sobrevivência, não questionando, por exemplo, o caráter excludente dos atuais modelos neoliberais e os efeitos da globalização sobre suas vidas, mas apenas negociando ou tentando manter-se em qualquer espaço de relativa autonomia neste contexto. Desta forma, para tornarem-se atores políticos propriamente ditos dependerão, necessariamente, de mediações externas (de outros movimentos e organizações), e, conforme sugerido pelo autor, não teriam jamais condições próprias de empoderamento.

Em contraposição, pode ser colocado que os pobres não constroem sua indignação política apenas através das identificações casuais e das manifestações de ruas, e que este não é necessariamente o único *locus* “natural” de sua sociabilidade política. Há outros e múltiplos *locus* de resgate da cidadania que lhes dizem respeito: associações religiosas, de moradores, grupos de mútua ajuda, festas populares, etc., além das mediações de organizações não-governamentais e de novos movimentos sociais.

Além disso, os fenômenos da mediação, da necessidade de intelectuais orgânicos, das relações articulatórias, não são típicos apenas nas lutas das classes pobres, mas ocorre como algo inerente à constituição da grande maioria dos movimentos sociais, cada um com suas particularidades, mas sempre vinculados ao agenciamento do político para seu desenvolvimento enquanto ator coletivo. Quando se concebe o movimento social enquanto rede, os elos destas redes são múltiplos, compreendendo desde as bases do movimento, bem como suas várias mediações políticas (ONGs, cidadãos simpatizantes, apoios políticos partidários, religiosos, de

intelectuais, etc.) e a análise do movimento precisa considerar a multiplicidade de atores que contribuem para sua constituição.

Ainda mais, há momentos em que a política contra a desigualdade se encontra com a política da diferença (contra as discriminações e pelo reconhecimento de diferentes identidades – étnicas, regionais, de gênero, religiosas, etc.). É sobre estas possibilidades da política que é preciso avançar, na teoria e na prática. Trata-se de examinar, em outras palavras, como nas brechas de movimentos que tratam de outras problemáticas, os atores ao pensarem a questão da cidadania vão colocando as questões relativas à pobreza, miséria, desigualdade, e vice-versa; enfim, como vão sendo criadas articulações entre as pautas destes movimentos e as necessidades dos mais excluídos.

## **Teorias sobre a pobreza e as ações coletivas 2 (contribuições da sociologia brasileira)**

Reis (1998) discute a relação entre pobreza, desigualdade e privação relativa e, baseando-se em Marx, Tocqueville e em Lipset & Zetterberg, registra como a privação relativa poderá ter o efeito de formação de identidades coletivas que levam ao questionamento da ordem social (p. 171-2). Porém, para o caso da sociedade brasileira levanta a hipótese de que “a pobreza extrema, em combinação com a desigualdade, [gera] uma espécie de identidade social restritiva, alienada da esfera pública” (p. 274), o que denomina de *apartheid* social brasileiro, e questiona se é possível existir um conceito de “nós” (identidade coletiva nacional), numa sociedade de profunda desigualdade (p. 294).

A recente obra de Reis & Schwartzman (2002) acrescenta que os processos de longo prazo de exclusão-inclusão não são apenas econômicos; encontram-se também fortemente associados com instituições políticas e elementos sociais e culturais, sendo portanto inseparáveis do conceito de cidadania – na dimensão dos direitos civis, políticos e sociais e, mais recentemente, dos direitos coletivos, isto é, das comunidades/minorias religiosas, étnicas, lingüísticas e outras, que procuram definir direitos específicos e compensatórios (p. 9-10). Os autores concluem que uma pesquisa so-

bre exclusão social no Brasil não poderá deixar de incluir uma análise destes direitos e, além disso, dos potenciais organizativos da sociedade civil que lutam por sua implementação.

Telles (2001) observa como na tradição histórica brasileira a pobreza se naturalizou, criando e recriando homens e mulheres indiferenciados na sua própria privação, excluídos assim do universo da cidadania e sendo relegados à benevolência do Estado ou ao assistencialismo societário. Mas detecta também que, nas últimas décadas, a pobreza passou a ser tratada a partir de uma perspectiva de luta pela cidadania e de inserção na agenda pública do país, isto especialmente a partir da Constituição de 1988 e da Campanha da sociedade civil contra a fome (Campanha do Betinho). Conclui que “é pelo ângulo dessa sociedade civil atuante que é possível entrever horizontes possíveis para uma utopia democrática” (p. 53), transitando da mera filantropização da pobreza para a conquista de “políticas sociais pautadas pelo princípio da ação afirmativa até a elaboração de instrumentos políticos e jurídicos que permitam dar efetividade a direitos garantidos (e conquistados) na Constituição de 1988” (p. 150). Será, pois, através da mobilização e organização de setores das periferias (moradores pobres, mulheres, negros, idosos e outras minorias), juntamente com ONGs, universidades e outros mediadores que a autora prevê a passagem de uma ação caritativa a uma política pela cidadania. Esta dupla face da dimensão política é vista por Touraine (1989) como uma dicotomização da própria prática movimentalista; por um lado, ajuda mútua e negociações com autoridade; por outro, protestos “exemplares” e (no limite) violência política:

Em resumo, o essencial não é a separação entre problemas privados, vividos no bairro, e problemas políticos gerais. Ao contrário, é a constante mistura de todos os níveis da experiência, a presença simultânea da experiência da pobreza e da exclusão social (p. 270).

Portanto, torna-se fundamental que a pesquisa considere esta dupla face da realidade (a social e a política), para apreender a complexidade do fenômeno pobreza/exclusão.

O debate em torno da categoria exclusão social no Brasil desenvolveu-se a partir da década de 1990, incluindo em seu cerne

a questão social da pobreza, mas também a transcendendo. Para Escorel (1998), a exclusão social é um conceito relacional, definindo-se por um *processo* num eixo de inscrição social composto entre os pólos positivo e negativo e uma *condição* na zona de [des]integração social, que não excluem múltiplas gradações de inserção nos diversos âmbitos da vida social. A autora pergunta: “Quais são os elementos que configuram uma ‘nova forma de sociabilidade’ no seio do qual se desenvolvem os fenômenos de exclusão social?” (p. 27). Investigar o fenômeno enquanto processo social, enquanto condição humana e enquanto forma de sociabilidade permite trazer elementos empíricos relevantes para se pensar as formas e possibilidades organizativas e articulatórias destes setores com outras forças sociais em movimento na sociedade, isto é, quais as redes possíveis entre os denominados setores “excluídos” e outros setores organizados da sociedade civil, quais seus pontos de encontro e desencontro e como tratar democraticamente o encontro das diferenças que lhes são inerentes? Ou, para colocar a questão de forma um pouco mais desafiadora, como gerar confiabilidade no interior da rede, superando o que Santos (in Cavalcanti & Burity, p. 37-51) denominou de aquiescência dos mais carentes, ou seja, de que

o seqüestro da miséria é, em primeiro lugar, feito pelos próprios miseráveis, pela ausência, pela desesperança de que lhes seja possível ou de que exista, realmente, dentro da sociedade brasileira atual, uma alternativa de comportamento diferente, de que não seja a da aquiescência [...] organizar a ação coletiva não é fácil, não é de graça, ela tem custos, que são tanto mais elevados quanto mais carentes são as pessoas [...] Portanto, a aquiescência no Brasil não é o resultado de um caráter nacional fraco, não é o resultado de uma apatia, é o resultado de uma análise política, social e econômica muito realista, porque o fracasso da ação coletiva tem custos em países como o nosso. Eram piores no tempo da ditadura, mas ainda são elevadíssimos.

Portanto, a questão a ser tratada pela teoria e pela mediação política é a de como gerar confiança no processo mobilizatório, esperança num resultado positivo na relação custo-benefício para aqueles que já têm muito pouco que lhes resta a perder mas precisam salvaguardar seus sentimentos de dignidade. Muitos em-

preendimentos solidários têm tentado enfrentar este desafio. A pesquisa precisa identificar como esses processos operam e aos mediadores cabe avaliar, em maior profundidade, os caminhos trilhados por estas iniciativas e de como conjugam combate à exclusão com a revalorização da dignidade dos sujeitos da ação, numa condição de cidadãos produtores de sua história social. Apenas para citar uma avaliação (Bertucci, in Gaiger, p. 83):

Quanto aos destinatários, destaca-se a forma com que alguns projetos tratam a sua “clientela”. Não sendo esta considerada como sujeito, revelam práticas disfarçadas de emprego e, de outro lado, certo assistencialismo. A dificuldade de romper com a visão do “carente” é um desafio para a prática dos PACs (Projetos Alternativos Comunitários), sobretudo dada a visão de que entre os excluídos prevalece a anomia e a inorganicidade.

Não há dúvida, todavia, de que há uma imensa diversidade de organizações mediadoras que vêm atuando nestes projetos de empreendimento, junto aos mais carentes, que precisam ser objeto da reflexão teórica. Há também experiências históricas relevantes, que se deslocaram dos denominados miniprojetos alternativos para a economia solidária. As redes que os acompanham também são muito variadas e merecem ser mais bem pesquisadas. Poderíamos perguntar se de fato algumas destas estão provocando uma revolução das redes, conforme sugere Mance (2000), na medida em que são propulsoras coletivas de uma economia solidária conjuntamente com as populações mais necessitadas e de respectivas formas de atuação democrática na política e na cultura.

Quanto ao perfil dos agentes de mediação, segundo Landim (in Haddad, 2002), tendo em vista o enorme crescimento do número de ONGs e a grande variedade de objetivos a que vieram, é teórica e politicamente importante fazer o resgate histórico de seu perfil de organização, reafirmando sua identidade cidadã e de comprometimento social com os mais carentes. Nesta direção, observa “que no crescimento recente de redes e articulações transnacionais de atuação esteja-se criando, por excelência, um contexto em que as ONGs do tipo ‘histórico’ ganham visibilidade e identidade, en-

quanto atores em um pólo ‘anti-sistêmico’ da política” (p. 46), como em sua participação nos Fóruns Sociais Mundiais.

Numa extensa pesquisa sobre o papel das ONGs no mundo globalizado, Vieira (2001) afirma que estas redes transnacionais de ONGs estariam construindo uma esfera pública mundial, com progressos no campo do meio ambiente e da paz. Talvez a questão da pobreza/exclusão social, da desigualdade e dos conflitos culturais seja o maior desafio que estas redes terão que enfrentar para realizar progressos na direção do que o autor denomina de cidadania planetária. Neste contexto, as ambigüidades entre igualdade e diferenças culturais podem gerar conflitos de difícil superação. Na avaliação de Costa (2002):

É indiscutível que as redes transnacionais de atores sociais pressionam para que valores como a equidade de gênero ou o respeito aos direitos humanos transformem-se em aspirações universais. Ao mesmo tempo, contudo, reproduzem a assimetria dos níveis de progresso econômico existente [...] Configura-se aqui um dilema complicado: ao mesmo tempo em que é desejável que os avanços políticos do movimento anti-racista e feminista nos Estados Unidos, no Canadá ou na Europa tenham reflexos positivos para o combate ao racismo e ao sexismo no Brasil e ou no Afeganistão, não se podem tomar os padrões de relações étnicas ou de gênero vigentes nos países de modernidade avançada como modelos a serem seguidos no resto do mundo (p. 155).

Será, pois, no enfrentamento ao conjunto destes dilemas apontados até aqui que a reflexão teórica e a mediação das redes de ONGs e movimentos sociais encontrarão seu principal desafio, especialmente tendo em vista a erradicação da pobreza/exclusão social, numa perspectiva de diminuição do *gap* das desigualdades sociais, com o devido respeito às diversidades culturais e através de um processo democrático de constituição de sujeitos.

A seguir, apresenta-se uma tipologia que nos permite buscar, nas brechas de movimentos específicos, em suas lutas pela cidadania, como as questões da pobreza, da miséria, da exclusão social, da desigualdade, podem gerar processos articulatórios na direção de um movimento cidadão mais abrangente.

## Tipologia das organizações de movimentos: onde os atores se diferenciam e onde se encontram

Para fins analíticos, criou-se uma tipologia a partir de quatro categorias de atores coletivos, os quais podem ser pensados a partir de suas especificidades, mas que, ao interagirem entre si, vão desenvolvendo ações de solidariedade e redes estratégicas na direção da construção de um novo movimento cidadão mundial<sup>8</sup>, que contemplam potencialmente o tripé: luta de superação de desigualdades; de respeito e reconhecimento às diversidades e às diferenças; e inclusão na esfera pública por meio de processos democráticos de participação.

Tomando por base a síntese do quadro a seguir, será examinado de que forma a interação entre as quatro categorias de atores, e respectiva participação nos movimentos mais organizados ou menos organizados e nos intercâmbios presenciais e virtuais, vão criando novas redes solidarísticas e estratégicas na direção de uma cidadania pensada em escala planetária.

O quadro visa classificar os tipos (em termos de possibilidades históricas) de ações estratégicas dos atores, de formações identitárias, de organizações em redes, que dão sentido a diferentes tipos de mobilização e movimentos sociais, os quais têm sido nomeados conseqüentemente de forma distintiva pelo pensamento teórico. Naturalmente, enquanto categorias analíticas, os tipos não se reduzem sempre a configurações empíricas perfeitamente delimitadas. Desta forma, os atores de um tipo de movimento, mesmo porque são portadores de identidades múltiplas, poderão estar presentes em várias categorias de movimen-

---

8 Por movimento cidadão mundial entende-se esta ampla rede de ONGs e organizações de movimentos, ora virtual, que se comunica e forma ações de resistência via internet e outros meios técnicos modernos (o celular é a rádio peão da atualidade, sendo, por exemplo, utilizado pelo MST nos momentos de ocupação simultânea de vários locais públicos); ora tem formas concretas de denúncia e resistência, que vão das manifestações públicas às ocupações de espaços públicos ou privados quando emblemáticos da exclusão, da miséria (como com as ocupações de terras); ou, ainda, de ocupação da praça pública, nos locais dos fóruns das corporações transnacionais, da Organização Mundial do Comércio, do G-7 e agora G-8 e outros encontros de defesa da atual política global.

tos. Por exemplo, mulheres assalariadas poderão ser atuantes no sindicalismo cidadão, num movimento feminista (NMS) e mediadoras em fóruns transnacionais de lutas contra a desigualdade ou discriminações de várias naturezas.

## Quadro – **Atores, Mobilizações e Redes**

## Atores, mobilizações e redes

### 1) Movimentos de massa.

O primeiro segmento do quadro anterior, referente aos trabalhadores “excluídos” ou “subintegrados”, foi dividido por uma linha pontilhada a fim de indicar duas abordagens teóricas distintas, interpretativas do potencial político-estratégico destes segmentos. A primeira abordagem corresponde à “política de rua”, proposta por Bayat, já discutida anteriormente, quando foram apontadas suas insuficiências explicativas. A segunda abordagem concebe a possibilidade de um “movimento de massas politizadas”, que tem por base trabalhadores em situação precária, tais como os sem-terra e os sem-teto. Neste enfoque busca-se entender o sentido de suas *estratégias de ocupação de espaços públicos, de moradias ociosas e de propriedades improdutivas*. Estes atores, através da mediação de pastorais, de ONGs e de seus novos movimentos de referência – o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e o Movimento do Sem Teto no Brasil (MSTs) – vêm construindo uma *identidade política de Sem-Teto e Sem-Terra*. Já não se limitam às redes passivas (conforme descritos pela teoria de Bayat), mas se articulam através de *redes politicamente ativas*. Portanto, não se restringem à política de rua meramente reativa, mas são partícipes de um *movimento de massas politizadas*, com críticas à sua condição de subcidadania, estratégias de ação politicamente construídas e com uma utopia de transformação. São, pois, agentes de verdadeiros *movimentos sociais* em construção. Além disso, há experiências de articulações globalizadas, como a participação do MST na Via Campesina e nos Fóruns Sociais Mundiais.

Na interface exclusão-cidadania, é necessário mencionar os potenciais de outros tipos de atores políticos (organizados) que em suas trajetórias abrem brechas para a universalidade da questão da pobreza como uma exigência para a realização da cidadania num sentido mais pleno, como segue.

## 2) Movimentos associativistas e sindicalistas institucionalizados.

Em relação aos moradores e trabalhadores “fixos”, diz-se que através de condições de sobrevivência, relativamente mais estáveis, eles são portadores de uma *cidadania regulada* (cf. Santos, 1998), e, através de ocupações profissionais reconhecidas e definidas por lei (assalariados, cooperativados, autônomos legais), irão construir *identidades de trabalhador* ou *comunitárias*, relativas aos seus lugares de moradia ou de ofício. Todavia, alguns destes atores irão participar de várias associações civis (sindicato, associação de bairro, organizações voluntárias, etc.) e devido às suas diferentes posições de sujeito (cf. Mouffe, 1996), desenvolverão *identidades coletivas múltiplas*. Quando as redes sociais locais, típicas da vida cotidiana, cruzam-se com as múltiplas redes associativistas, vai sendo construída uma *rede de movimentos sociais* (cf. Melluci, 1996; Scherer-Warren, 1999) e se configurando a polifonia do que a teoria vem denominando de *associativismo civil e sindicalismo cidadão*, indo além de suas reivindicações corporativas para engajar-se na sociedade civil de forma mais ampla (ex.: Sindicato-cidadão coordenando a Ação da Cidadania contra a fome e a miséria em várias cidades brasileiras).

## 3) Novos movimentos sociais (NMS).

Os NMSs tendem a ser formados a partir de atores oriundos de segmentos sociais específicos, que ora resistem às *discriminações salariais* de seu grupo identitário e ora lutam pelo *reconhecimento* de suas condições sociais de gênero, étnicas, regionais, culturais, etc., construindo *identidades políticas específicas* (feministas, negro(as), ecologistas, etc.). Para além de suas *redes identitárias* (p. ex., redes feministas transnacionais), historicamente estes atores vêm gradativamente se articulando e trocando experiências entre movimentos, através de *redes transidentitárias politicamente construídas*. Desta forma, vão dando um colorido especial e uma abrangência política multitemática aos denominados novos movimentos sociais, criando um feminismo popular, uma ecologia dos pobres, um movimento de mulheres negras ou de

agricultoras, e assim por diante. Trazem, assim, para dentro dos movimentos sociais que lutam pelo respeito à diferença ou contra a discriminação, a questão da desigualdade (da pobreza) ou dos mais segregados entre os discriminados.

#### 4) Movimentos transnacionais pela cidadania

Finalmente, os mediadores políticos e solidarísticos, representados pelos profissionais e militantes de ONGs, lideranças dos sindicatos-cidadão, intelectuais orgânicos, entre outros, vêm construindo um novo tipo de *identidade solidarística e multicultural*, posicionando-se contra as novas formas de exclusão social ou subintegração econômica resultante das políticas neoliberais caudatárias dos interesses das corporações globais. Como decorrência, podemos observar a formação de *ações de solidariedade* aos mais explorados e excluídos por estas políticas, por um lado, e de *redes estratégicas* para contestar esta situação, por outro. Estas redes têm conseguido notoriedade na esfera pública, através do que denomino de *manifestações simbólicas massivas*, como as que ocorrem nas Grandes Marchas nacionais (p. ex., do MST) e nas várias marchas mundiais (Seattle, Quebec, Gênova e muitas outras). Estas manifestações são, por sua vez, fruto do poder organizativo das *redes identitárias e solidarísticas*, via meios virtuais e presenciais. Os Fóruns Sociais Mundiais (FSM I, II e III), em Porto Alegre, foram momentos de encontro das redes de ONGs e movimentos, as quais construíram a agenda do Fórum como a oportunidade de um momento celebrativo de resistência anti-Davos e na construção de um movimento antiglobalização mais permanente e semi-institucionalizado.

O FSM é um caso emblemático e é também um momento ímpar para se observar a polifonia das diversas organizações de movimentos sociais da atualidade: lutas contra a miséria crescente no mundo globalizado, contra as diversas formas de exclusão ou subcidadania, contra as inúmeras modalidades de discriminação, étnicas/raciais, de gênero, religiosas, regionais, etárias, etc. Através do lema *Um mundo melhor é possível*, sintetizam-se aspirações multifacetárias que convergem na direção de uma sociedade

com uma lógica diferente da atual, que “coloca o mercado e o dinheiro como a única medida de valor”, para uma outra em que “o ser humano e a natureza são o centro de nossas preocupações” (Palavras da Convocação de Porto Alegre, *apud* Vieira, 2001). São ainda palavras dessa Convocatória:

Somos mulheres e homens, camponesas e camponeses, trabalhadoras e trabalhadores, profissionais, estudantes, desempregadas e desempregados, povos indígenas e negros, provenientes do Sul e do Norte, comprometidos a lutar pelos direitos dos povos, pela liberdade, segurança, emprego e educação. Estamos contra a hegemonia do capital, a destruição de nossas culturas, a monopolização do conhecimento, os meios de comunicação, a degradação da natureza e a deterioração da qualidade de vida pelas corporações transnacionais e políticas antidemocráticas.

Segue-se proclamando por políticas alternativas de superação da *feminização da pobreza, dos genocídios racistas, etnocídios dos índios, necessidade de reconhecimento de direitos fundamentais à vida e à saúde*, dentre outros. Portanto, pode-se observar aí o encontro da política da diferença com a política da igualdade. Estão aí as raízes históricas de um emergente movimento cidadão mundial, e a teoria haverá de elucidar e compreender este novo fenômeno de organização planetária da sociedade civil.

## **O encontro da política da igualdade com a política da diferença**

Esse conjunto de trajetórias apontadas até aqui mostra as possibilidades do encontro das políticas contra a desigualdade com as políticas da diferença. Todavia, conforme adverte Touraine (1989), os marginais ou excluídos, quando portadores de uma consciência coletiva, além do apelo contra a desigualdade ou a segregação de que são vítimas, percebem a distância que os separa do mundo dos cidadãos, e, neste momento, são portadores potenciais de um movimento histórico (p. 287), movimento esse que pode se desenvolver justamente a partir da articulação com outras forças organizativas também com potencial de mudança histórica.

Como não ver que esses protestos e essas rupturas se aproximam dos discursos dos novos movimentos sociais que se formam nos países mais industrializados, movimentos ecológicos ou antinucleares, movimentos de mulheres ou campanhas contra a exclusão, a perseguição e o totalitarismo [...] As lutas entre os que estão em cima e os que estão em baixo numa sociedade parecem menos dramáticas do que aquelas que opõem os que estão na sociedade – mesmo que estejam abaixo – e os que são postos fora dela, na miséria, na guerra ou no caos [...] Compreendemos melhor hoje os protestos feitos em nome da vida, da segurança e dos direitos [...] (p. 288-9).

Nos últimos anos esta articulação vem alcançando a escala de um movimento cidadão mundial. É através deste movimento que estão sendo transcendidas as tendências de fechamento (guetização) das políticas identitárias (p. ex., ecologismo e feminismo radicais) e do reducionismo classista das políticas igualitárias, avançando-se na direção de uma política de redução das desigualdades com reconhecimento e respeito às diferenças sócio-culturais, onde as subsegmentações estratégicas dos movimentos assumem novas denominações. Nesse sentido, pode-se citar como exemplo as alternativas de um ecofeminismo social, segundo Vandana Shiva; uma justiça ambiental ou um movimento contra racismo ambiental, segundo Bullard; ou um ambientalismo da pobreza (cf. Martinez-Alier, 1998), e muitas outras possibilidades que este encontro de utopias vai criando. Aí reside a riqueza e o desafio de uma nova lógica intercultural, democrática e de superação das injustiças sociais.

Para finalizar, poderíamos perguntar: como esta nova condição dos movimentos sociais afeta as políticas sociais e, especialmente, a participação cidadã na gestão das políticas públicas?

No momento em que os sujeitos sociais, mesmo os mais excluídos, desenvolvem identidades grupais de caráter político, cruzam suas experiências com outros grupos identitários, criam condições para transcender de uma posição de mera clientela do Serviço Social e da filantropia para uma posição de sujeito que reivindica direitos de cidadania. É nessa direção, como observa Telles, que populações politicamente excluídas no Brasil, no final do milênio, através de sua interação com ONGs e movimentos, vão se constituindo em sujeitos de direito:

Moradores pobres das periferias da cidade, mulheres, negros, crianças e adolescentes, idosos e aposentados vêm se mobilizando e se organizando, transformando-se, por isso mesmo, sujeitos políticos que se pronunciam sobre as questões que lhes dizem respeito, exigem a partilha na deliberação de políticas que afetam suas vidas e, por isso mesmo, dissolvem a figura do pobre carente e desprotegido, como sempre foram vistos na sociedade, para se imporem como cidadãos que exigem direitos (2001, p. 149).

Estes sujeitos emergentes vão participar diretamente, ou se fazer representar através da mediação de ONGs ou de organizações populares dos locais de moradia, em Conselhos Setoriais ou em Conselhos Tutelares que lhes dizem respeito, em fóruns políticos que reivindicam direitos diversificados, não apenas em relação às precariedades econômicas, mas em relação a questões de qualidade de vida, saúde, educação, moradia, criação de oportunidades face a discriminações históricas de gênero, étnicas e culturais.

Enfim, encontram-se aí indícios para se enfrentar, por meio de multiformes práticas sócio-políticas das redes transidentitárias, o desafio de como reinventar a utopia de um mundo sem miseráveis, onde a construção da igualdade acompanhe o reconhecimento das diversidades culturais, a convivência pacífica com os diferentes e a inclusão efetiva através da abertura de canais democráticos de participação na esfera pública.

## **Bibliografia**

AVRITZER, Leonardo. Cultura política, associativismo e democratização: uma análise do associativismo no Brasil. **Primer encuentro de la red de investigación del tercer sector de América Latina y el Caribe**. Rio de Janeiro: ISTR/UFRJ, 1998.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e ambivalência**. Trad. de M. Penchel, Rio: Zahar, 1999.

BAYAT, Asef. Globalizing Social Movements? Comparing Middle Eastern Islamist Movements and Latin American Liberation Theology, paper, Cairo, 1998.

BAYAT, Asef. From “dangerous classes” to “quiet rebels”: politics of the urban subaltern in the Global South. In: **International Sociology**, 15, 3: 533-557, 2000.

BHABHA, H. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

BOSCHI, Renato Raul. **A arte da associação – política de base e democracia no Brasil**. Rio: IUPERJ/Vértice, 1987.

CARITAS BRASILEIRA.. **Sobrevivência e cidadania: avaliação qualitativa dos projetos alternativos comunitários da Cáritas Brasileira**. Brasília: Cáritas Brasileira/Ed. da UNB, 1995.

CASTELLS, Manuel. **The city and grassroots**. Berkeley: University of California Press, 1983.

CASTELLS, Manuel. **The information age: economy, society and culture**. Oxford: Blackwell, (3 vols.), 1997.

CAVALCANTI, Helenilda & BURITY, Joanildo (orgs.). **Polifonia da miséria: uma construção de novos olhares**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Ed. Massangana, 2002.

COSTA, Sérgio. **As cores de Ercília. Esfera pública, democracia, configurações pós-nacionais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

EDER, Klaus. **A nova política de classes**. Trad. A. M. Sallum. Bauru: EDUSC, 2002.

ESCOBAR, Arturo. **Encountering development**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1995.

SCOREL, Sarah. Conceitualizando e contextualizando a exclusão social. In: TEMAS CODEPLAN 2. **Políticas públicas: exclusão social**. Brasília: CODEPLAN, 1998, p. 15-27.

FERREIRA, Marcelo Costa. Associativismo e contato político nas regiões metropolitanas do Brasil: 1888-1999 – revisando o problema da participação. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 41, 1997.

FOUCAULT, Michel. **Knowledge/Power**. New York: Pantheon, 1972.

FRIEDMANN, John. Rethinking poverty: empowerment and citizen rights, **International Social Science Journal**, 148: 161-172, 1996.

GAIGER, Luiz Inácio (org.). **Formas de combate e de resistência à pobreza**. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 1996.

HADDAD, Sérgio (org.). **ONGs e universidades: desafios para a cooperação na América Latina**. São Paulo: Abong/Peirópolis, 2002.

- LAVALLE, Adrián Gurza. O vigoroso modelo da sociedade civil miúda. São Paulo: CEBRAP, Paper, 2001.
- LEWIS, Oscar. **Five families: Mexican case studies in the culture of poverty**. New York: Basic Books, 1959.
- MACHADO. M. Salete Kern & SOUSA, Nair H. B. **Ceilândia: mapa da cidadania**. Brasília, UNB/Ministério da Justiça, 1998.
- MANCE, Euclides André. **A revolução das redes**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- MARTÍNEZ-ALIER, J. Environmental justice (local and global), and ecological distribution conflicts. Quito, (paper), 1995.
- MELUCCI, Alberto. **Challenging codes: collective action in the information age**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- MEYER, David S. & TARROW, Sidney (ed.). **The Social Movement Society: Contentious Politics for a New Century**. Lanham, MD: Rowman & Littlefield, 1999.
- MOUFFE, Chantal. **O regresso do político**. Trad. Ana Cecília Simões. Lisboa: Gradiva, 1996.
- PERLMAN, J. **Myth of marginality**. Berkeley: University of California Press, 1976.
- POCHMANN, Marcio & AMORIM, Ricardo. **Atlas da exclusão social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2003.
- QUIVY, Raymond & CAMPENHOUDT, Luc Van. **Manual de investigação em Ciências Sociais**. Lisboa: Gradiva, 1992.
- REASON, Peter & BRADBURY, Hilary. **Handbook of Action Research: participative inquiry and practice**. London: Sage, 1999.
- REIS, Elisa Pereira & SCHWARTZMAN, Simon. Pobreza e exclusão social: aspectos sócio-políticos. Banco Mundial, paper, 2002.
- REIS, Elisa Pereira. **Processos e escolhas: estudos de sociologia política**. Rio: Contra Capa, 1998.
- ROSSIAUD, Jean & SCHERER-WARREN, Ilse. **Democratização em Florianópolis: Resgatando a memória dos movimentos sociais**. Itajaí/ Florianópolis: Editora da UNIVALI/Diálogo, 1999.
- ROSSIAUD, Jean & SCHERER-WARREN, Ilse. **A democratização inacabável: as memórias do futuro**. Petrópolis: Vozes, 2000.

RUCHT, Dieter & NEIDHARDT, Friedhelm. Towards a “Movement Society”? On the possibilities of institutionalizing social movements. **Social Movement Studies**. 1(1): 7-30, 2002.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Décadas de espanto e uma apologia democrática**. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

SCHERER-WARREN, Ilse & CARVALHO FERREIRA, José Maria (orgs.). **Transformações sociais e dilemas da globalização: um diálogo Brasil/Portugal**. São Paulo, Cortez, 2002.

SCHERER-WARREN, Ilse. Ações coletivas na sociedade contemporânea e o paradigma das redes. **Sociedade e Estado**. UNB, 13 (1): 55-70, 1998.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização**. São Paulo: Hucitec, 1999a.

SCHERER-WARREN, Ilse. Associativismo civil em Florianópolis: evolução e tendências. **Revista de Ciências Humanas**, n. 26: 115-134, 1999b.

SCHERER-WARREN, Ilse. Movimentos em cena... as teorias por onde andam? In: I. Scherer-Warren, et.al. **Cidadania e Multiculturalismo: a Teoria Social no Brasil Contemporâneo**. Lisboa/Florianópolis: Socius/Editora da UFSC, 2000.

SCHERER-WARREN, Ilse. A problemática da pobreza na construção de um movimento cidadão. **Actas do Colóquio Internacional “O Modelo Latino de Protecção Social: reflexões sobre o Estado-Providência em Portugal, Espanha e Brasil”**. Lisboa: SOCIUS, 2002.

SCHERER-WARREN, Ilse. Educação popular e diálogo intercultural. **Revista de Educação Pública**. Cuiabá. Ed. da UFMT, 11 (19): 89-95, 2002.

SCOTT, James. Everyday form of peasant resistance. **The Journal of Peasant Studies**, 13(2): 5-35, 1986.

SEMPRINI, Andrea. **Le multiculturalisme**. Paris: Presses Universitaires de France, 1997.

SHIVA, Vandana. People’s ecology: the Chipko Movement. In: Mendlovitz, Saul; Walker, R.B.J. (org.). **Towards a just world peace: perspectives from social movements**. England: Butterworths, 1987.

SORENTINO, Marcos (coord.). **Ambientalismo e participação na contemporaneidade**. São Paulo: EDUC/FAPESP, 2001.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. **Pobreza e desigualdades sociais**. Salvador: SEI. (Série Estudos e Pesquisas, 63), 2003.

TAYLOR, Charles. **Multiculturalisme: différence et démocratie**. Trad. Canal. França: Flamarion, 1994.

TELLES, Vera da Silva. **Pobreza e cidadania**. São Paulo: USP, Curso de Pós-Graduação em Sociologia: Ed. 34, 2001.

TOURAINÉ, Alain. **Palavra e sangue: política e sociedade na América Latina**. São Paulo: Ed. da Unicamp/Trajectoria, 1989.

VIANA, Thereza C. B. S. **Perfil analítico das organizações e das lideranças do associativismo civil em Florianópolis (SC)**. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Florianópolis, 2003.

VIEIRA, Liszt. **Os argonautas da cidadania: a sociedade civil na globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2001.